OS HOMENS E AS SUAS ARMAS: CAMPO GRANDE E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Gilmar Arruda*

Resumo. Este artigo discute as relações entre a construção do Estado-Nação moderno, com suas características de intervenção sobre o território nacional e sua população, com a construção de ferrovias, Po e exemplo, e os impactos causados em pequenas cidades do interior do País: a cidade de Campo Grande-MS, no início do século.

Palavras-chave. estado-nação moderno, processo civilizatório, ferrovias, coronelismo, cidade e sertões, espacialidade.

Men and arms: Campo Grande and the civilization process

Abstract: The relationship between the construction of a modern nation state, with its characteristic intervention in the national territory and its population, as through railways construction, and the impact on hinterland towns, as Campo Grande – MS of the present century, is discussed in this article.

Key words: modern nation-state, civilization process, railways, colonelcy, towns and backcountry, spatiality.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina

A construção das ferrovias foi uma das formas que mais fortemente influenciou as mudanças de percepção dos espaços interiores das nações, não só no sentido econômico, mas também simbolicamente. Inúmeras regiões do Estado de São Paulo, consideradas “extremo sertão”, passaram a ser denominadas com os nomes das companhias ferroviárias: alta paulista, sorocabana, araraquarense, mogiana, etc. Assim, vemos como um fenômeno da técnica, fruto revolução industrial, interferiu na constituição de representações espaciais.

Mas o mais importante é que não só os espaços sofriam mudanças de denominação, mas efetivamente o que acontecia é que as regiões e, logicamente, seus moradores, com sua cultura e hábitos, passavam a ser considerados, ou avaliados, a partir das novas concepções representadas pelo imaginário cristalizado nas ferrovias. A estrada de ferro, partindo da cidade, local da modernidade, atingia as regiões “abandonadas”, levando notícias sobre como aquelas regiões eram “atrasadas” e seu povo era “caipira”. A ferrovia cumpria assim um importante papel na constituição de um imaginário espacial, corrente na sociedade brasileira até os dias atuais, e que pode ser resumido com duas palavras: **cidade e sertões**¹.

Interessa-nos aqui, particularmente, a ferrovia Noroeste do Brasil, que ligou, por meio dos trilhos de ferro, as cidades de Bauru-SP e Corumbá-MS, em 1914, e trouxe repercussões sobre uma pequena vila chamada Campo Grande. A idéia de se construir uma ferrovia ligando o leste do país ao oeste ou, propriamente, ao grande Estado do Oeste, o Mato Grosso, data de pelo menos meados do século XIX, mas foi na virada do século que, finalmente, as discussões foram retomadas e decidiu-se a sua construção². A construção da grande ferrovia rumo ao oeste fez parte do esforço dos primeiros presidentes civis em forjar um “estado-nação moderno”. Para as autoridades, os intelectuais, os políticos e os homens de imprensa, isso significava ampliar a ação do Estado sobre a sociedade e sobre o território nacional. De fato, assistiu-se, durante esse período, a um “desenvolvimento inédito na presença e

¹ Pode-se argumentar que as “nomeações de lugares e a descrição destes lugares e populações realizados pelos que estiveram no processo de “descoberta” dos interiores ou dos “sertões”, fenômeno recorrente na história brasileira, especialmente a partir do final do século passado, fazem parte de um processo de luta em torno de memórias, de visibilidades sobre a nação. Tanto que a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1930) quanto a Comissão Rondon utilizava-se deste duplo expediente de “renomear” lugares já nomeados por outros saberes e “expor” nas cidades através de fotografias de relatos e de cinema a “descoberta”. Sobre a utilização do cinema e da fotografia pela CGG, ver o capítulo a “Construção do Espaço” em Arruda, 1997 e Maciel, s/d.

² Para a história da construção da ferrovia Noroeste, abordando as discussões e meandros políticos e simbólicos que envolveram a decisão da retomada do projeto e a definição ao trajeto ver o excelente estudo de Queiroz, ver Cimo, 1997.

na atividade do poder público central do país” (Sevcenko, 1983: 47). A montagem do estado-nação Moderno no Brasil, momento também conhecido como a introdução da modernidade entre nós, representou, assim, como em outros lugares, uma etapa da construção de um aparelho burocrático-administrativo, do reconhecimento e do domínio sobre territórios e populações (Sevcenko 1983: 47).

Podemos dizer que a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (1905-1914) e a Comissão Telegráfica Nacional são dois exemplos notáveis dessa nova atitude do Estado com relação ao território.

O aparecimento das ferrovias implicavam novos posicionamentos diante das novidades materiais e simbólicas como, por exemplo, as nações de progresso e de atraso, de cidades e de sertões. Não tardou o surgimento de reações por parte de habitantes da cidade de Campo Grande ao impacto da construção da Noroeste do Brasil; uma dessas reações deu-se em relação aos significados que “cidades e sertões” produziria no imaginário dos habitantes da pequena vila de Campo Grande, um lugar que se encontrava exatamente no meio dos dois termos: nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão”. Suas elites procurariam, como veremos, evitar que ela fosse representada como “sertão”. Um dos elementos operados para justificar a não inclusão da cidade como sertão foi justamente a construção da ferrovia Noroeste do Brasil.

Vários discursos anunciavam as grandes mudanças que estariam ocorrendo. Algumas fontes mostram esse processo. Vejamos, por exemplo, uma fala de 1914:

Logo que os trilhos da Noroeste transpuseram o soberbo rio Paraná, agitou-se vertiginosamente o progresso neste município (...). O preço das terras que não passava de 8-10 contos de reis por légua quadrada de 3.600 hectares, tem-se elevado á 30 á 40 contos de réis... (Ayala, 1914: 410)

Mas a construção das ferrovias e a difusão do ideário do progresso não representavam apenas melhoria material para as populações, significavam, também, a difusão de novos modos de vida. José Carlos Barreiro, em seu estudo sobre as classes populares no século XIX, no Brasil, após criticar a ênfase no aspecto econômico, dada pelos estudiosos da implantação das ferrovias do Brasil, chama a atenção para a questão do poder. “A implantação das ferrovias constituía-se, entre outras coisas, em estratégias das classes dominantes na luta à resistência secular ao trabalho disciplinar (Barreiro, 1988: 460). O autor aponta as relações de poder implícitas, na expansão ferroviária, as regiões onde os habitantes dispersos e relativamente isolados podiam manter suas próprias representações internas de tempo e de trabalho,

antagônicas às formas de trabalho disciplinado e produtivo exigido pelos interesses do capital.

Além disso, a construção das ferrovias provocava:

O desaparecimento progressivo da memória vinculada aos espaços das pousadas, vendas e barracas de ferreiros ambulantes de estrada (destruindo) (...) os obstáculos naturais que protegiam os habitantes de sertão contra a intervenção de regras e normas da sociedade moderna, impossibilitando a apropriação e organização capitalista daquele espaço (idem: 456, 461).

Tratava-se de “civilizar o sertão”, de preferência, os seus moradores. Isso significa dizer que a classe dominante, no final do século, estava preocupada com as classes populares moradoras do sertão, pois pretendiam “integrá-las à civilização” que, segundo Barreiro, seria o mundo do trabalho disciplinado do capitalismo. As barreiras naturais, como estradas ruins, distância, florestas, lamaçais tidos como obstáculos pelos viajantes, serviam como um anteparo que dificultava a expansão dos ideários da sociedade moderna.

As atitudes das classes dominantes para vencer a “barbárie” dos sertões e de seus moradores objetivavam estabelecer em vínculo permanente com os centros que estavam em franco desenvolvimento introduzindo os valores “modernos” às classes subalternas, como bem demonstra Barreiro em sua pesquisa.

Podemos dizer que o processo de introjeção de valores burgueses ou liberais, como as representações de tempo e de propriedade, não se limitava ao espaço das grandes cidades, mas caminhava no sentido de abranger todo o espaço do território nacional.

O imaginário social que justificou a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, calcado no desejo de construção de uma nação do “soldamento” do seu território e discurso do progresso e da civilização, não chega a Campo Grande apenas com a ferrovia, apesar de nela ser visualizado com maior intensidade. Pode-se perceber que as representações espaciais baseadas em “cidades e sertões” produziam, já no período, manifestações concretas e marcavam a memória dos habitantes dos espaços interiores. Influenciavam mesmo na forma de comportamento político e nos discursos explicativos do “progresso” que teria advindo da ferrovia.

Campo Grande, mês de maio de 1911. A cidade agitava-se com a chegada do primeiro juiz de direito. Havia-se transformado com Comarca desde o dia 20 de junho de 1910, mas o governador do estado, Pedro Celestino Correa da Costa, não tinha conseguido nenhum candidato para o

cargo. A oportunidade surgiu com o pedido de transferência do juiz de Nioaque. Ele se chamava Arlindo de Andrade³.

O novo juiz não pretendia participar das festas programadas. Entretanto, não conseguiu escapar das visitas de sempre. Assim Paulo C. Machado narrou o episódio:

À noite, porém foi-lhe anunciada a visita de boas-vindas de uma comissão de habitantes da vila,(...) O intendente Antônio Norberto de Oliveira, o Coronel José Alves Quito, Francisco Pereira Lima, Enoque Vieira de Almeida, José Santiago, Bernardo Franco Bais, o suplente juiz José Paes de Faria, o professor Tobias Santana foram introduzidos e apresentados ao juiz pelo anfitrião e presidente da Câmara, Amando de Oliveira.

Para surpresa do novo magistrado, cada visitante trazia a cinta dois revólveres e a cartucheira apinhadas de balas. Desconcertado com cena, fez sentir o juiz que estranhava tal exibição de armas, ainda mais numa visita à uma autoridade judiciária.

Respondeu-lhe o presidente da Câmara, que chefiava a comissão: “Doutor Juiz, nós vimos trazer a V. Exa. a prova de que Justiça será defendida. Neste lugar, conhecem-se os homens pelas armas que conduzem. Ao magistrado restou agradecer a prova de solidariedade dos prestantes cidadãos e comentou depois com seu amigo: “Vou aprender muita coisa nesta terra, meu caro Machado” (Machado, 1988: 15).

Para analisar este acontecimento poderíamos adotar, como ponto de referência teórico, as teses sobre o coronelismo no Brasil na primeira república, concluindo, no final, que este seria apenas mais um episódio envolvendo os tradicionais “coronéis” em luta pelo poder. Além do mais, tal episódio ocorreu em Campo Grande, pequena cidade perdida no interior do Estado de Mato Grosso, desde sempre conhecido como “terra de coronéis”.

Ainda dentro dos mesmos referenciais, poderíamos acrescentar mais alguns elementos e mencionar os aspectos simbólicos do uso de armas como demonstração de poder ou da violência potencial. A violência seria tomada como característica de um lugar onde os conflitos não eram resolvidos através da mediação da justiça, pela ausência mesmo da presença do Estado. Afinal, o episódio trata exatamente da chegada do primeiro juiz. A violência seria mais um elemento inerente à tese do coronelismo.

³ As informações seguintes sobre a recepção ao juiz foram retiradas de Machado, 1988. Paulo Coelho Machado é advogado, fazendeiro e descendente de antigas famílias da região. Publicou vários trabalhos relacionados à cidade de Campo Grande, em estilo de crônicas, baseando-se principalmente em informações recolhidas entre pessoas de seu meio social e familiar, em crônicas e documentos históricos do município, embora raramente citando, de maneira clara, as suas referências.

Claro que esta análise, descrita sumariamente, teria de tomar a versão passada pelo consta como verossímil e o documento, como absolutamente verdadeiro, sem questionar os significados que envolvem a preservação deste e não de outros episódios sobre a cidade. Provavelmente não interessaria, ou não teria importância, saber quem era o autor da narrativa. Entretanto, todo documento é um monumento e assim deve ser tratado (Lê Goff, 1985). Eles estão sempre carregados de intenções e de avisos pra o futuro, direcionando as formas de visão e de pensamento sobre o passado.

Seria, portanto, mais interessante começarmos analisando os motivos que levaram o cronista a escolher o acontecimento e tentarmos verificar se suas intenções mantêm, ligações com os significados presentes no próprio episódio. A pergunta inicial pode ser esta: por que um cronista da cidade de Campo Grande, na década de 80, ligado familiar e socialmente aos homens que foram visitar o magistrado em 1911, começou a biografia do juiz daquela forma? Vários significados cruzem-se na escolha do “confronto com os coronéis”. Um deles estaria na sua formação profissional. Paulo Coelho Machado é advogado, formado no Rio de Janeiro e por isso pode indicar-nos uma certa consideração pelo respeito a lei e ao poder judiciário, mas não é o único e nem é suficiente para explicar a estratégia narrativa.

Logo no início do texto, após comentar que a vila de Campo Grande estava em festa para receber o primeiro juiz, faz um parênteses onde insere um pequeno histórico da localidade, desde a sua fundação até o início da década de 10 deste século. O problema da legalidade, ou melhor, da presença ou não do poder público na cidade de Campo Grande é o elemento central, o fio condutor do texto de Paulo Coelho Machado. Campo Grande teria surgido por volta de junho de 1872, “mas permaneceu 17 anos sem existência legal, completamente ignorado pelo poder público”, pois somente em 1889 foi criado o distrito de paz (Machado, 1988: 11).

Mas os campo-grandenses preocupavam-se com o aspecto legal da comunidade e reivindicavam do Governo do Estado, já em 1893, que a freguesia de Campo Grande fosse ligada ao termo de Miranda ao invés de Nioque, antiga Levergeria, por ser mais perto. A preocupação dos moradores, segundo a carta transcrita por Paulo Coelho Machado, era com as questões judiciais, principalmente as relacionadas à terra.

A narração segue descrevendo os desdobramentos e as disputas até que Campo Grande fosse transformada em Comarca no ano de 1911. aí, o cronista abre um novo parênteses para esclarecer que a ideologia do progresso foi uma constante ao longo da história de Campo Grande (...) Houve sempre um consenso geral no sentido de que a comunidade estava fadada a um grande destino” (Machado, 1988: 13). Campo Grande havia-se tornado Comarca e recebia o seu primeiro juiz. O progresso é uma coisa evidente para

o cronista e o parâmetro para medi-lo é a presença do poder público, da autoridade judiciária.

Mas por que a autoridade judiciária seria importante? Primeiramente, pelo fato de se poder afirmar, a partir de então, que não se tratava mais de uma região onde não existia lei, ou onde a lei seria a do “44”. A cidade “crescia”, os negócios desenvolviam-se, os boiadeiros e seus empregados, que vinham de Uberaba para comprar as boiadas em Campo Grande, precisavam de hotéis, de bares, de cabarés, etc. “O comércio tornou-se intenso e, em contrapartida, veio o aumento da criminalidade e das disputas judiciais em uma terra inteiramente negligenciada pelos poderes públicos” (Machado, 1988: 14). A falta do juiz de direito explicava a violência e a criminalidade da cidade. As disputas pelo domínio da terra sempre foram o principal motivo de violência naquela região, mesmo no século passado, quando havia mais do que algumas centenas de moradores.

Uma carta de 1888, de Joaquim Vieira de Almeida, antigo morador da cidade, mostrava como eram resolvidas as disputas por terras:

... quando eles [os moradores] têm notícias de um mudanceiro [novo morador] (...) deixam a água correr fora do canal primitivo numas dez braças e deixa lá banhando os campos, já é senhor e possuidor daquele lugar e suas imediações e se o mudanceiro disser que pretende aquele lugar prometem chumbo e outras coisas redonda. (Apud Machado, 1988: 16)

O costume era de tomar posse de uma área ocupando as nascentes dos córregos e a região pela qual ele passava. Mudando o curso de um córrego, marcava-se sinal de posse. Uma outra carta, de 1889, informava que já não havia terra disponível na região de Campo Grande e que os imigrantes estavam seguindo para diante até a região dos rios dourados ou Santa Maria: “Hoje, desenganei-me que não podemos ser morador de Campo Grande, não achei fazenda que me satisfizesse, as melhores já estão tomadas...”⁴.

A preocupação de Paulo Coelho Machado demonstra que a cidade progredia com a chegada do juiz e revela-nos que a posse e a propriedade da terra era a questão determinante da conduta e do comportamento de seus moradores. Pode-se argumentar que tal questão envolvia apenas os moradores que tinham acesso à terra, posseiros – grandes posses, ou proprietários; no entanto, todos os habitantes da cidade estavam de alguma forma ligados à pecuária, principal base econômica da região. Como vimos nos documentos acima, no momento mesmo em que a região estava sendo “aberta” a novas formas de ocupação – décadas de 70 e 80 do século passado - já não existiam

⁴ *Idem, ibidem.*

mais “terras livres”. Uma vez ocupadas, as posses eram mantidas a partir do “poder social” de cada grupo familiar ou do fazendeiro⁵

A ausência do Estado e de seus representantes, como forma de exercer o monopólio da força, abria espaço para as atitudes individuais na manutenção do “poder social” baseado no monopólio da terra. Os que haviam chegado anteriormente levavam vantagem na distribuição do poder. Era essa vantagem que estava em jogo quando o juiz chegou a Campo Grande. Embora o cronista afirme que sempre houve uma preocupação com os aspectos legais, ela se torna efetivamente concreta com o crescimento populacional da região. As “grandes gradas” da região são colocadas diante da seguinte situação: por um lado, são pressionadas pelo aumento nas disputas pela terra, o que os obriga a recorrer ao Estado para garantir suas posses ou seu poder social, uma vez que os procedimentos anteriores já não eram suficientes; por outro lado, o aumento da presença da autoridade central, do Estado, na região, obriga a uma cessão do poder social gozado até então.

Paulo Coelho Machado é filho do “caro Machado”, mencionado no documento inicial, que também era advogado. O autor adota uma postura ambígua ao descrever o acontecimento do início do texto. Parece querer destacar a atitude “legalista” do juiz em não aceitar aquela imposição das “pessoas gradas” da cidade e, ao mesmo tempo, coloca-o aceitando a exibição das armas como uma coisa “natural” do local. Essa ambigüidade pode ser explicada pela origem social do autor, filho de advogado e descendente daquelas mesmas “pessoas gradas” que visitaram o juiz naquela noite de junho de 1911.

Chega mesmo a afirmar, em uma outra passagem, que “Não lhe faltou [ao juiz] ocasião de verificar, ao longo de sua vida no velho Mato Grosso, que as armas eram de fato necessárias em muitas circunstâncias” (Machado, 1988: 16). Do ponto de vista de sua formação cultural, advogado formado no Rio de Janeiro, a atitude dos coronéis era desrespeitosa, mas do ponto de vista de “herdeiro dos vencedores”, era a única atitude a ser tomada. O que se quer destacar é que o mesmo conflito que se estabeleceu na noite de junho de 1911 aparece novamente, agora como explicação histórica, na fala do memorialista. Tratava-se de um conflito decorrente do que Norbert ELIAS chamaria de “processo civilizador”, ou mais propriamente, do papel desempenhado pela centralização e pela monopolização do uso da violência nas mãos do príncipe, nas mãos da autoridade central do Estado:

⁵ Poder social aqui está sendo usado no sentido de Elias, 1993: 147 ss. Um Comentário feito por Peri Alves Campos, em 1939, ilustra o sentido dado: “Cada posseiro demarcava, com seu prestígio e o de suas armas, os lindes de seus terreiros e os das fazendas”.

“A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedades de maneiras, são constantemente aplicadas sobre o indivíduo. (...) A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão” (Elias, 1993: 200-201).

Algumas ressalvas precisam ser feitas para a utilização de Elias no presente caso. Em primeiro lugar, este autor desenvolve um estudo que poderíamos chamar de “longuíssima duração”, examinando mudanças no comportamento humano da Idade Média até o mundo moderno. Ele se interessa pelo surgimento do padrão de comportamento do homem contemporâneo que, segundo ele, começa a surgir por volta do século XV. Essa transformação seria o surgimento do autocontrole como forma de conduta social, reprimindo os instintos mais ligados aos aspectos animais do homem, como a violência, a sexualidade e os sinais exteriores da nossa animalidade, como os excrementos. Diz Elias:

A questão, em outras palavras, transforma-se na seguinte: de que forma a sociedade extremamente descentralizado de princípios da Idade Média, na qual numerosos guerreiros de maior ou menor importância eram os autênticos governantes do território ocidental, veio a transformar-se em uma das sociedades internamente mais ou menos pacificadas, mas extremamente belicosas que chamamos Estado? Que dinâmica de interdependência humana pressiona par a integração de áreas cada vez mais extensas sob um aparelho governamental estável e centralizado. (Elias, 1990: 16).

O acontecimento que estávamos examinando mostra exatamente um momento desse processo mencionado por Elias, áreas cada vez mais extensas sob um aparelho governamental é importantíssima, no entender de ELIAS, para compreendermos a “pacificação interna de uma sociedade” através da monopolização da violência. O que vemos no episódio narrado é um confronto entre as duas formas de exercício do monopólio da violência: numa primeiro momento, os coronéis com suas armas, atributos do poder social que exerciam com poucos limites; em seguida, o juiz, representante da autoridade central que, em nome da lei, exerce a violência. A presença de um significava, claramente, os limites para o exercício do poder do outro.

Seria fácil argumentar contrariamente à tentativa de usar Elias para analisar um fato isolado, afirmando que se tratava de apenas um acontecimento que não pode ser generalizado e, ainda, que a própria tese do coronelismo explicaria que este possível confronto seria resolvido através da conciliação entre os grupos dominantes – o que de fato parece ter acontecido,

pois o juiz admite que vai “aprender muita coisa nesta terra”- ou através do impedimento da ação da justiça contra os poderosos.

Mas se pensarmos como Norbert Elias, ao procurar estabelecer um nexó entre o surgimento do Estado Absolutista e a contenção de paixões parece-nos perfeitamente possível interpretar a atitude das “pessoas gradas” da vila de Campo Grande de usar armas para visitar o novo juiz:

Não foi mera coincidência que, nos mesmos séculos em que rei ou príncipe adquiriram *status* absolutista, a contenção e moderação das paixões discutidas no volume anterior, a “civilização” do comportamento, aumentasse visivelmente (...) evidenciou-se o alto grau em que essa mudança se associou à formação da ordem hierárquica, tendo à frente o governante absoluto, em termos mais amplos, sua corte”(grifos no original) (Elias, 1993: 16).

O que estaria ocorrendo ali era a evidência de uma tendência, provavelmente não única, mas claramente e visível: a consolidação do estado-nação moderno e sua atitude constrictora sobre o território nacional e a sua população, a afirmação da autoridade central diante dos poderes localizados e espalhados pelo espaço da nação. Esse processo se dá de maneira uniforme e progressiva, admite recuos e permanências – pois até hoje podemos falar em restos do coronelismo ou de uma nova forma de coronelismo eletrônico na política, assim como Elias entende o que chama de “processo civilizador”.

O processo civilizador não segue uma linha reta (...) Mas se estudarmos o movimento da perspectiva de grandes períodos de tempo, vemos claramente que diminuem as compulsões originadas diretamente na ameaça do uso de armas e da força física, e que as formas de dependência que levam à regulamentação dos efeitos, sob forma de autocontrole, gradualmente aumentam. (Elias, 1990: 185).

E mais adiante:

Uma vez estivesse o monopólio da força física passado a autoridades centrais, nem todos os homens fortes podiam se dar ao prazer do ataque físico. Isto passava neste instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (como, por exemplo, a polícia contra criminosos) e a números maiores apenas em tempos excepcionais de guerra ou revolução, na luta socialmente legitimada contra inimigos internos ou externos. (Idem: 199).

A tentação é muito grande em comparar a expansão da autoridade do Estado Nacional por todo o território brasileiro e o “fim dos coronéis” com o fenômeno de surgimento do “príncipe absoluto” e o fim da “sociedade cavaleirosa”. Ambos os processos possuem homens isolados suficientemente fortes, militar e financeiramente, cavaleiros e coronéis, que fazem da violência

e da guerra a forma de manutenção do seu próprio poder; existe uma autoridade – o rei ou o Estado – que não consegue se impor e monopolizar o uso da violência e a tributação. As leis e a ordem local, que estivessem sob o domínio de um cavaleiro, eram administradas e mantidas pelo próprio. O fim dessa tendência desintegradora dá-se com a centralização do poder em mãos de poucas pessoas ou na corte – o Estado Absoluto. No Brasil, as teses do coronelismo consideram que teria sido o golpe de 1930, com a conseqüente centralização do poder, que levou ao fim do poder privado dos coronéis⁶.

Aquilo que Paulo Coelho Machado viu como progresso, a instalação da comarca em Campo Grande, é parte desse processo de expansão da autoridade central ou do estado-nação moderno. MACHADO assim vê para poder se legitimar como continuador de uma tradição que elegeu a “modernização” dos costumes como política (poderíamos dizer) do “processo civilizador”. A narração do episódio fala claramente do desconforto do cronista em viver em uma cidade e de descender de uma classe social que recebia os representantes do poder judiciário paramentada para a guerra.

Mas por que o juiz mostrou o seu desagrado? “o processo civilizador” estudado por Elias mostra-nos a mudança de uma forma de controle baseado em outras pessoas ou vindas de elementos externos à personalidade para um patamar de autocontrole, de repressão das pulsões internas por código de conduta socialmente aceito:

Mostra, por exemplo, o papel fundamental desempenhado nesse processo civilizador por uma mudança muito específica nos sentimentos de vergonha e delicadeza. Muda o padrão do que a sociedade proíbe. Em conjunto com isto, move-se o patamar de desagrado e medo, socialmente instilado” (Elias, 1990: 14).

O juiz condena a demonstração de força das “pessoas gradas” do local a partir de um referencial de sensibilidade ou, como diria Elias, de um “sentimento de vergonha e delicadeza”. Paulo Coelho Machado transcreve alguns discursos de Arlindo Andrade quando este já havia deixado a magistratura. A escolha dos discursos também reflete a mesma lógica de se mostrar herdeiro de uma tradição. O discurso a seguir é de 1918, por ocasião da elevação de Campo Grande da condição de vila para a de cidade:

Fomos um povoado abandona do nos sertões até 1911 (...) A civilização, marchando com o trem de ferro, criou grande centro de atividade que é Uberaba, nas terras de Minas; levantou Bauru do **farwest** paulista; edificou

⁶ Ver, como exemplo do uso desta tese e análise do chamado coronelismo no Mato Grosso, Correa, 1982.

Ponta Grossa, no Paraná, com um progresso surpreendente e transformou o vilarejo dos caboclos, dos catiras e mutiruns plantado no dorso da serra de Maracaju, nesta alegre cidade, banhada de sol e perfumada de flores de laranjeira, que nós muito queremos, por ser uma obra nossa. (grifos no original) (Apud Machado, 1988: 39).

E, mais adiante, critica as administrações municipais:

O esforço municipal cifra-se nisto: criar impostos e dissipá-los, Administrar nada. (...) A higiene, a estética das ruas, o incentivo à lavoura, a proteção à indústria, nada disso. (Idem)

Esta é a sensibilidade do juiz, filho de donos de engenho de Pernambuco, um homem formado em direito na Faculdade de Direito de Recife. Através de amigos dos pais, no Rio de Janeiro, arrumou um emprego público no Mato Grosso. Nomeado juiz em Nioaque, pede transferência para Campo Grande, onde o encontramos estranhando a atitude dos coronéis. Entendemos um pouco da atitude do juiz olhando para o seu percurso político, após sua ação de juiz. Acredita na idéia de “civilização” e, obviamente, não escapa do imaginário moderno da época de que a “civilização” e, obviamente, não escapa do imaginário moderno da época de que “a civilização marcha sobre os trilhos de ferro”. Sentindo-se contemporâneo desse movimento “civilizatório”, que já havia redimido o “povoado abandonado nos sertões até 1911”, acredita que pode “civilizar” a conduta dos homens diante da autoridade judiciária. Mas não só a atitude dos homens diante da lei, também, no seu cotidiano, exige um refinamento do comportamento e dos costumes da própria paisagem urbana, visto que quer a “higiene e a estética das ruas”.

O discurso do ex-juiz traz para nós uma nova informação, uma nova perspectiva sobre a circulação dos imaginários sociais. A utilização da palavra “farwest” remete concretamente ao processo de devassamento nos Estados Unidos da América no século anterior. A comparação é feita com uma região que é praticamente o centro do Estado de São Paulo, mas que era a entrada do “farwest paulista”. A idéia de que havia um esforço para “atualizar” o Brasil aparece através das cidades que as ferrovias teriam feito surgir, impulsionando o seu desenvolvimento: “criou o grande centro de atividade que é Uberaba”, em Minas Gerais; no Paraná. “edificou Ponta Grossa” e transformou o “vilarejo de caboclos, dos catiras e mutiruns” que era Campo Grande.

A civilização dos costumes, o refinamento de atitudes, a higienização e a estética das ruas correspondem a um movimento que pode ser localizado no final do século passado e início deste. Pode ser chamado de um esforço para atualizar o Brasil” diante do mundo. O discurso do juiz não era o único na

cidade e algumas medidas já haviam sido tomadas para a “modernização da cidade”. Em 1911, segundo um cronista da cidade, a Intendência fechou um rego d’água, que, a partir do córrego prosa, abastecia parte das residências. Em 1914, a proibição do rego foi satirizada no carnaval da cidade:

... pelos foliões do renomado carnaval de 1914, pois o carro crítico Eterno Buraco, do Clube dos Fidalgos, celebrou:
A latrina e a cisterna
Fizeram ca união
Andam bem agarradinhas
Dormindo juntas no chão
Ai! Ai! Que fazer?
Vou p’ra do prosa
D. Intendência, que rolo!
Abra o seu rego de novo
Dê um banho no monjolo
Mande limpar esse povo. (Apud Campos, 1939).

A ironia com a Intendência também não perdoa a população ou parte dela que, querendo manter o rego, não se importava com a sujeira e a lama que ele provocava nas ruas. Assim, parece já bastante espalhada essa nova sensibilidade com relação “higiene” e os ajardinamentos das cidades. Como Intendente de Campo Grande, a partir de 1921, Arlindo de Andrade tornou-se, segundo Paulo Coelho Machado (1988: 47) o “decorador da cidade”, foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento.

No discurso de 1918, quando da elevação de Campo Grande à condição de cidade, aparecem as representações dos espaços brasileiros, que perduram até hoje, a dicotomia cidade x sertões, junto com seu par civilizado x incivilizado. E o processo que transforma o sertão em cidade e o incivilizado em civilizado pode ser definido como a “marcha da civilização” sobre os “trilhos de ferro”. Lá está Campo Grande, “abandonado nos sertões”, até o momento em que a ferrovia o redime e o integra à marcha da civilização.

O sertão é o lugar do abandono, seja da lei, da civilização, em uma palavra: da modernidade. A idéia de abandono e de litoral *versus* sertão, que caracterizaria este espaço “mítico”, aparece na fala do cronista para explicar a atuação do biografado: “Homem do litoral, Arlindo, vendo o sertão, compreende muito bem o abandono a que era relegado o interior”. (Idem: 40)

A idéia de sertão como mistério apareceu como explicação para a decisão de Arlindo de Andrade mudar-se para o Mato Grosso, estando associada à natureza selvagem e ao romantismo: “... com ânsia de penetrar a fundo na natureza virgem do longínquo território de Mato Grosso, um mundo

à parte, cheio de mistérios sedutores para o homem do comandante decreta um estado de sítio em Campo Grande. Com este episódio, o juiz renuncia.

Podemos, então, afirmar que estava em curso um “processo civilizatório”, ou um aumento da presença do “estado-nação moderno”, mas também um processo de consolidação das “ideologias geográficas, dividindo o espaço físico do país em dois, apresentando, naquele momento, uma grande penetração. Sessenta anos após, havia-se transformado na matriz explicativa, nos marcos organizadores da memória histórica elaborada por um dos cronistas da cidade.

Para Paulo Coelho Machado, escrevendo em 1988, o “sertão” assume um caráter de força demonstrativa dos atributos da pequena vila de Campo Grande, “violenta”, “incivilizada”, império do desmando”. O “sertão” não é um lugar e não uma localização geográfica. Poderíamos dizer que é uma “explicação mítica”, uma representação que contempla e resolve, unificando a história e a memória da sua própria vida.

A construção da Noroeste do Brasil, tocada e motivada por um entendimento política do “espaço da nação”, o território, e a necessidade da elite em manter sua unidade, como atributo da cidadania, como desejo de “construir a nação” implicava uma idéia de “penetrar”no “sertão”e “civilizarlo”através do contato rápido e seguro com outros espaços físicos da nação, como o litoral, onde a civilização já se havia constituído. A ferrovia, simbolicamente, unia e criava a esperança de um “espaço-nação” soldado e o seu povo unificado. Civilizar também era o desejo do juiz Arlindo de Andrade.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Assis, 1997 (Tese de Doutorado).
- AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. *Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso*. Hamburgo: Ayala, 1914.
- BARREIRO, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes; criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do séc. XIX*. São Paulo, 1988.
- CAMPOS, Peri Alves de. *Álbum do Município de Campo Grande*. Campo Grande: s/e., 1939.
- CIMO, Paulo Roberto. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.
- CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. São Paulo, 1982. (Tese de Doutorado)
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990. v. 2.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990. v. 1.
- LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In: *Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. (Enciclopédia Einaudi, v. 1).
- MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'*. São Paulo, s/d. (Tese de Doutorado).
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.